

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS



**UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE INVESTIMENTOS PARA O CUSTEIO DA
ENTIDADE DELEGATÁRIA EM SITUAÇÕES DE EXCEPCIONALIDADE
BRASÍLIA - 27 DE JULHO DE 2020**

No ano de 2016 devido à crise econômica vivenciada pelo Estado do Rio de Janeiro houve uma ausência de repasses do INEA para os projetos e ações dos Comitês de Bacia e para as atividades de custeio da Entidade Delegatária.

Uma ação iniciada entre Comitês de Bacias e as Entidades Delegatárias e posteriormente com a união do INEA e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI deu origem à Resolução CERHI-RJ nº 153, de 13 de abril de 2016.

“Dispõe sobre o uso dos recursos do fundo estadual de recursos hídricos – FUNDRHI para custeio das entidades delegatárias em situações extremas”



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI

***RESOLUÇÃO CERHI-RJ Nº 153, DE 13 DE ABRIL DE 2016**

**DISPÕE SOBRE O USO DOS RECURSOS DO FUNDO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – FUNDRHI PARA
CUSTEIO DAS ENTIDADES DELEGATÁRIAS EM
SITUAÇÕES EXTREMAS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – Seas
Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio De Janeiro – Cerhi-RJ

RESOLUÇÃO CERHI-RJ AD REFERENDUM Nº 225, DE 29 DE ABRIL DE 2020

**DISPÕE SOBRE O USO DOS RECURSOS DO FUNDO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – FUNDRHI PARA
CUSTEIO DAS ENTIDADES DELEGATÁRIAS EM
SITUAÇÕES DE EXCEPCIONALIDADE.**

Art. 2º - Autorizar que cada Comitê de Bacia Hidrográfica, que possui contrato de gestão assinado, emita resolução permitindo que sua entidade delegatária, contratada para o exercício das funções de agência de água, utilize de forma excepcional **os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água e de suas aplicações financeiras** para o pagamento de custeio que já estejam depositados em suas contas.

Parágrafo primeiro – Os recursos mencionados no caput deste artigo são aqueles anteriormente destinados, via resolução do CBH, a ações e projetos na respectiva região hidrográfica.

Parágrafo terceiro – O valor da cobrança pelo uso da água efetivamente utilizado para custeio da delegatária, deverá sofrer ajuste de contas, quando da regularização do repasse dos recursos do FUNDRHI.

CICLO COMPLETO

13/04/2016 – aprovação da Resolução CEHRI-RJ nº 153/2016



24/05/2016 – aprovação da Resolução do Comitê com definição de qual linha sairia os recursos



28/06/2016 – A AGEVAP abre conta poupança custeio exclusiva e faz a transferência do recurso de investimentos para custeio



28/06/2016 a 22/11/2017 – Período de utilização dos recursos
23/11/2017 – Encerramento da conta.
30/11/2017 – Entrega da prestação de contas pela AGEVAP ao INEA

Item 1. O Comitê deverá aprovar, através de Resolução, o remanejamento dos valores dos recursos financeiros e rendimentos de Projetos/Ações que serão transferidos para o Custeio da Entidade Delegatária, juntamente com o período e procedimento a ser adotado pela Delegatária.

Item 2. A Delegatária deverá comunicar ao INEA a data que iniciará a utilização dos valores dos recursos financeiros e rendimentos de Projetos/Ações para o Custeio da Entidade Delegatária.

Item 3. A Delegatária deverá realizar a abertura de uma nova Conta Poupança, onde realizará transferência dos recursos financeiros de Projetos/Ações do Comitê para o Custeio da Agência e a comprovação do crédito do valor autorizado do referido período.

Item 4. A abertura da Conta Poupança específica ajudará a comprovar o crédito do valor e o ganho de aplicação financeira no período e as retiradas para as realizações dos pagamentos. Assim possibilitará uma maior transparência e acompanhamento da utilização do recurso.

Item 5. Com a regularização dos repasses do INEA para a Delegatária o ganho de aplicação financeira do período juntamente com o saldo existente serão devolvidos para as contas de origem de Projetos/Ações de acordo com percentual transferido das referidas ações.

Item 6. A Delegatária deverá apresentar, bimestralmente para o Comitê, um relatório sucinto com as seguintes informações: montante autorizado, despesas realizadas, saldo e o rendimento mensal para o acompanhamento dos gastos.

PERÍODO	RECEITAS	R\$
28/06/2016	Valor transferido das contas de ações/projetos para custeio (A)	1.834.402,72
28/06/2016 a 21/11/2017	Rendimento real da conta poupança (B)	158.070,07
	TOTAL A + B	1.992.472,79

DEVOLUÇÃO VALOR ORIGINAL DO PROJETO + DO JUROS PROPORCIONAL AO VALOR ORIGINAL DE CADA PROJETO

PERÍODO	DESPESAS	R\$
28/06/2016 a 21/11/2017	Despesas efetuadas (A)	1.511.249,86
28/06/2016 a 21/11/2017	Despesas contingenciadas (B)	95.487,19
	TOTAL A + B	1.606.737,05

PERÍODO	RENDIMENTOS	R\$
28/06/2016 a 21/11/2017	Rendimento real da conta poupança (B)	158.070,07
28/06/2016 a 21/11/2017	Rendimento previsto cálculo exato (C)	185.440,44
	Diferença de rendimento (D) = (C-B)	27.370,37

OBRIGADO

André Marques

Diretor-Presidente da AGEVAP

andre.marques@agevap.org.br

(24) 3355 8389